

**LEI NÚMERO 134 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022**

“Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município de São José do Barreiro, Estado de São Paulo, para o Exercício Financeiro de 2023”.

ALEXANDRE DE SIQUEIRA BRAGA, Prefeito Municipal de São José do Barreiro, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

**Artigo 1º** - O Orçamento Geral do Município de São José do Barreiro para o exercício financeiro de 2023 que estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 42.500.000,00 (Quarenta e dois milhões e quinhentos mil reais) do Orçamento Fiscal, sendo R\$ 41.531.000,00 (Quarenta e um milhões, quinhentos e trinta e um mil reais) para o Poder Executivo Municipal e R\$ 969.000,00 (novecentos e sessenta e nove mil reais) para o Poder Legislativo Municipal.

**Artigo 2º** - A Receita da Prefeitura será realizada mediante a arrecadação de Tributos, Transferências, Rendas e Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos com o seguinte desdobramento:

**RECEITAS**

RECEITAS CORRENTES	39.713.000,00
RECEITAS DE CAPITAL	2.787.000,00
	=====
<b>TOTAL:</b>	<b>42.500.000,00</b>

**Artigo 3º** - A Despesa da Prefeitura será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte maneira:

**II - POR FUNÇÕES DE GOVERNO**

01 - Legislativa	969.000,00
04 - Administração	4.976.900,00
08 - Assistência Social	1.159.500,00
10 - Saúde	7.622.000,00
12 - Educação	10.954.000,00
13 - Cultura	124.000,00
15 - Urbanismo	3.956.000,00
17 - Saneamento	3.536.000,00
18 - Gestão Ambiental	152.000,00
20 - Agricultura	1.547.000,00



**Prefeitura Municipal da Estância Turística  
de São José do Barreiro**

**Rua José Bento Teixeira, 45 Centro**

**Cep: 12830-000 Tel: (12) 3117-1288**

**CNPJ: 45.200.623/0001 - 46**



ADM: 2021/2024

23 - Comércio e Serviços	109.000,00
26 - Transporte	4.115.000,00
27 - Desporto e Lazer	1.607.000,00
28 - Encargos Especiais	1.372.600,00
99 - Reserva de Contingência	300.000,00
	=====
<b>TOTAL:</b>	<b>42.500.000,00</b>

**III- POR SUBFUNÇÕES**

031 - Ação Legislativa	969.000,00
122 - Administração Geral	4.314.900,00
123 - Administração Financeira	662.000,00
243 - Assistência à Criança e ao Adolescente	223.000,00
244 - Assistência Comunitária	936.500,00
301 - Atenção Básica	7.542.000,00
304 - Vigilância Sanitária	40.000,00
305 - Vigilância Epidemiológica	40.000,00
306 - Alimentação e Nutrição	1.081.000,00
361 - Ensino Fundamental	7.355.000,00
362 - Ensino Médio	658.000,00
365 - Educação Infantil	1.750.000,00
366 - Educação de Jovens e Adultos	110.000,00
392 - Difusão Cultural	124.000,00
451 - Infraestrutura Urbana	848.000,00
452 - Serviços Urbanos	3.108.000,00
511- Saneamento Básico Rural	11.000,00
512 - Saneamento Básico Urbano	3.525.000,00
542 - Controle Ambiental	152.000,00
606 - Extensão Rural	1.547.000,00
695 - Turismo	109.000,00
782 - Transporte Rodoviário	4.115.000,00
812 - Desporto Comunitário	207.000,00
813 - Lazer	1.400.000,00
843 - Serviço da Dívida Interna	352.000,00
846 - Outros Encargos Especiais	1.020.600,00
999 - Reserva de Contingência	300.000,00
	=====
<b>TOTAL</b>	<b>42.500.000,00</b>

**IV - POR PROGRAMAS**

1 - SUPERVISÃO E COORDENAÇÃO SUPERIOR	393.700,00
2- ASSISTÊNCIA JURÍDICA	180.000,00
3 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	4.401.200,00
5 - OPERAÇÕES ESPECIAIS	1.372.600,00
6 - ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	2.000,00
7 - EDUCAÇÃO BÁSICA	9.215.000,00
8 - ENSINO MÉDIO	658.000,00
9 - MERENDA ESCOLAR	1.081.000,00
10 - SERVIÇOS DE SAÚDE	7.622.000,00

*A*



11 – SANEAMENTO BÁSICO	3.536.000,00
12 – PROMOÇÃO SOCIAL	1.159.500,00
13 – SERVIÇOS DE ESTRADAS MUNICIPAIS	4.008.000,00
14 – SERVIÇOS URBANOS	3.956.000,00
15 – TRANSPORTE RODOVIÁRIO	107.000,00
16 – DESENVOLVIMENTO RURAL	1.547.000,00
17 - PLANJEJAMENTO AMBIENTAL	152.000,00
18 – PROMOÇÃO DA CULTURA	124.000,00
19 – PROMOÇÃO DO TURISMO	109.000,00
20 – ESPORTE E LAZER	1.607.000,00
21 – PROCESSO LEGISLATIVO	969.000,00
99 – RESERVA DE CONRINGÊNCIA	300.000,00
	=====
<b>TOTAL</b>	<b>42.500.000,00</b>

**V – POR CATEGORIAS ECONÔMICAS**

<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>34.383.900,00</b>
	=====
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	16.331.100,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	18.052.800,00
 <b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	 <b>7.816.100,00</b>
	=====
INVESTIMENTOS	7.066.100,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	750.000,00
	=====
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	<b>300.000,00</b>
 RESERVA DE CONTINGÊNCIA	 300.000,00
	=====
<b>TOTAL</b>	<b>42.500.000,00</b>

**VI – POR ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO**

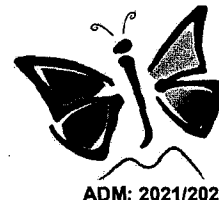
01.00 – CÂMARA MUNICIPAL	969.000,00
02.00-SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS	180.000,00
01.00 – GABINETE DO PREFEITO	393.700,00
03.00 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	6.075.800,00
04.00 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	10.954.000,00
05.00 - SECRETARIA DE SAÚDE	7.622.000,00
06.00 - SECRETARIA DE PROMOÇÃO E DESENV SOCIAL	1.159.500,00
07.00 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO OBRAS E SERV	7.966.000,00
08.00 - SECRETARIA DE TRANSPORTES	105.000,00
09.00 – SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	5.235.000,00
10.00 - SECRETARIA DE ESPORTE, CULT, TURISMO	1.840.000,00
	=====
<b>TOTAL</b>	<b>42.500.000,00</b>

A



**Prefeitura Municipal da Estância Turística  
de São José do Barreiro**

**Rua José Bento Teixeira, 45 Centro  
Cep: 12830-000 Tel: (12) 3117-1288  
CNPJ: 45.200.623/0001 - 46**



ADM: 2021/2024

**Artigo 4º** - O Orçamento da entidade CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO BARREIRO para o exercício de 2023, será de R\$ 969.000,00 (novecentos e sessenta e nove mil reais).

§ 1º - A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

**II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO**

01 - Legislativa	969.000,00
	=====
<b>TOTAL</b>	<b>969.000,00</b>

§ 2º - A Despesa da entidade Câmara Municipal de São José do Barreiro, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

**V - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA**

<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>957.000,00</b>
	=====
3.1.00.00.00.00.00.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	617.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	340.000,00
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>12.000,00</b>
	=====
4.4.00.00.00.00.00.00 - INVESTIMENTOS	12.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>969.000,00</b>

**Artigo 5º** - Os recursos da Reserva de Contingência, nos termos do disposto na Lei Complementar 101/2000, serão destinados ao atendimento dos passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos e para obtenção de resultado primário.

§ 1º - Os recursos que, em decorrência de veto ou emenda ficarem sem despesas correspondentes, poderão ser utilizados para abertura de créditos especiais ou suplementares, mediante prévia autorização Legislativa.

§ 2º - Conforme dispõe a Lei Complementar 101/2000, entende-se como "outros riscos e eventos fiscais imprevistos" as despesas diretamente relacionadas ao funcionamento e manutenção de cada uma das unidades gestoras não orçadas ou orçadas a menor no Orçamento.

**Artigo 6º** - Nos termos da legislação vigente, fica o Poder Executivo autorizado a:

I – Proceder à abertura de Créditos Suplementares à conta do limite da dotação consignada como Reserva de Contingência;

A



II – Proceder à abertura de Créditos Suplementares à conta do limite do Superávit Financeiro do exercício anterior, se houver;

III – Realizar o intercâmbio entre elementos de uma mesma categoria econômica atrelada a uma mesma atividade, projeto ou operação especial, com lastro no art. 43, § 1º, III, da lei federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

IV - Proceder à abertura de Créditos Suplementares à conta de recursos provenientes de arrecadação de Convênios não previstos na receita orçamentária, desde que respeitados os objetivos e metas da programação do convênio, os programados por esta lei e pela Lei de Diretrizes Orçamentárias e lei específica para assinatura do convênio e abertura do crédito correspondente.

V - Abrir, durante o exercício, créditos suplementares até o limite de 15% (quinze por cento) da despesa total fixada, observado o disposto no artigo 43, da Lei federal nº 4.320, de 17 de março de 1964;

**Parágrafo Único** - Não onerarão os limites de Créditos Adicionais os abertos nas formas dos itens I, II, III e IV retro, e os destinados a suprir insuficiência nas dotações orçamentárias relativas à Pessoal, Inativos e Pensionistas, Serviços da Dívida Pública, débitos constantes de Precatórios Judiciais e despesas à conta de recursos vinculados.

**Artigo 7º** - Nos termos da Lei Complementar 101/2000, não existe previsão orçamentária de concessão de incentivo ou benefício de natureza tributária, da qual decorra renúncia de receitas de qualquer tipo.

**Artigo 8º** - Ficam convalidadas as alterações dos programas indicadores, metas e ações realizadas no Plano Plurianual – PPA e na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, anexadas e utilizadas para a elaboração da presente peça orçamentária.

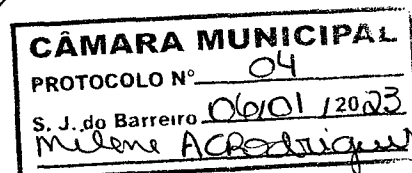
**Artigo 9º** - A presente Lei entra em vigor a 1º de janeiro de 2023, revogadas as disposições em contrário.

São José do Barreiro, 19 de dezembro de 2022.

Alexandre de Siqueira Braga  
Prefeito Municipal

Publicada no Paço Municipal na data supra.

Antonio Gonçalves  
Assistente Administrativo



Milene Ap de C Rodrigues  
Serviços Gerais  
Camara Municipal